

OCUPAR E RESISTIR: A RESSIGNIFICAÇÃO DO FUNK NA LUTA DOS ESTUDANTES

Bianca Ferraz Bitencourt^a

RESUMO

Este trabalho analisa a importância do funk nos movimentos estudantis ocorridos no Brasil entre 2015 e 2016. Entende-se o funk como constituinte de uma identidade social que busca legitimação e reconhecimento no país. Como letramento de reexistência e de resistência, o funk é potencializado pelas mídias digitais, sobretudo pela Internet, que auxilia no processo de democratização da circulação desses materiais.

PALAVRAS-CHAVE: letramento; funk; Internet.

Recebido em: 31 out. 2016

Aprovado em: 30 mar. 2017

Introdução

Em entrevista ao *La Vie des Idées*, Roger Chartier discorre sobre as práticas de leituras que se consolidaram e se desenvolveram ao longo dos séculos. Ele aponta uma dupla dimensão no ato da leitura: a morfológica e a cronológica. Essas dimensões vão se tornando presentes à medida que, em determinado contexto, se legitima uma forma de ler. A prática da leitura individualizada, com o correr dos olhos, em silêncio, por exemplo, substituiu a leitura partilhada, em voz alta, característica das idades clássicas. Essas transformações

^a Bianca Ferraz Bitencourt é bacharela em Estudos Literários (2014) e licenciada em Letras (2016) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária da mesma universidade.

do ato de ler se relacionam diretamente com a difusão dos escritos, pois, se há maior distribuição e circulação desses materiais, o acesso a eles também se multiplica e atinge um maior número de leitores.

Diante disso, não é difícil imaginar como esse acesso é potencializado quando se tem a Internet como ferramenta de busca e compartilhamento de conteúdos, não apenas escritos, mas também em forma de imagens, músicas e vídeos. Se, por muito tempo, os livros mantiveram (e talvez ainda mantenham) seu valor associado a uma elite intelectual (que, em geral, corresponde à elite econômica), a Internet vem se popularizando e se consolidando como uma rede em que, guardadas as devidas proporções, manifestações culturais provenientes de espaços sociais diferentes podem coabitar e até mesmo conversar entre si. Segundo Chartier, “as formas de inscrição de um texto delimitam ou impõem possibilidades de apropriação” (CHARTIER, 2008). Sendo assim, é vital considerar que a distribuição livre de conteúdos permitida pela Internet colabora para a apropriação de conhecimentos e discussões que antes estariam restritas exclusivamente àqueles que teriam condições de arcar com os custos materiais de edição de uma determinada produção. Outro ponto levantado pelo estudioso e que deve ser considerado para o debate proposto diz respeito às práticas de leitura: há uma tensão instaurada entre o discurso que se faz da leitura, associado à legitimidade e à solenidade escolar, e as práticas variadas desse ato, que se fazem presentes cotidianamente. Essa tensão mostra que questões como o prestígio social do texto ou daquele que se diz leitor ainda são determinantes nas interações entre os sujeitos (autores ou leitores).

Pensando nisso, este trabalho propõe-se refletir sobre o funk como movimento cultural, considerando o estigma social que circunda o ritmo e o discurso funkeiro e reconhecendo-o como instrumento de luta e de legitimação, a partir, sobretudo, do movimento dos estudantes secundaristas que se intensificou entre os anos de 2015 e 2016.

O morro não tem vez

Socialmente, há práticas de leitura consideradas mais genuínas que outras, no sentido de serem reconhecidas e mais prestigiadas socialmente. Esse movimento de embate e legitimação não se restringe, entretanto, aos textos

escritos, estando presente em todo o sistema de trocas culturais e artísticas de uma sociedade. Sendo assim, é importante notar que toda interpretação é política e parcial, pois está sempre imbuída da carga de experiências vividas pelo seu autor. Não há, portanto, uma cultura hegemônica que seja imparcial ou que não represente interesses políticos ou ideológicos. Ocorre, mesmo que de maneira sutil, a eleição de valores e ideias a serem defendidos em detrimento de outros que, em determinado contexto, são descartados. Em geral, a hegemonia cultural acaba convergindo com os interesses das camadas dominantes economicamente, o que garante a manutenção do poder e do *status quo*.

Tendo como base a ideia do campo cultural como cenário de luta por reconhecimento e legitimação, deve-se pensar o funk como movimento cultural. Ainda hoje há resistência em relação a essa concepção, visto que há muito preconceito em relação ao ritmo, que é muito associado à libertinagem, à promiscuidade e ao crime. No entanto, precisa-se pensar, conforme assinalado anteriormente, em que medida essas manifestações são características de uma cultura própria, que não é coincidente com os produtos culturais hegemônicos dentro da sociedade. As dificuldades para isso são muitas, como demonstra Facina:

Grito da favela, voz do morro cantando a liberdade, som da massa, o funk é um dos ritmos mais malditos da cultura popular brasileira. Seus detratores afirmam que o funk não é música, que seus cantores são desafinados, suas letras e melodias são pobres e simples cópias mal feitas de canções pop ou mesmo de cantigas tradicionais populares. Há ainda os que demonizam o batidão, associando-se à criminalidade, à violência ou à dissolução moral. (FACINA, 2009, p. 1)

Ainda segundo a estudiosa, o funk se origina na junção de tradições musicais afrodescendentes brasileiras e estadunidenses. Nas décadas de 1960 e 1970, a música negra é responsável por impulsionar um novo tipo de festa: os bailes comandados por DJ's. Também é na década de 1970 que surge a figura dos MC's. Nos anos 1980, o funk, juntamente com o pagode, adquiriu centralidade no divertimento da juventude pobre das cidades, sobretudo no

Rio de Janeiro. Na década de 1990, ele ganhou notoriedade midiática, mas no noticiário policial, sendo associado aos arrastões, o que levou a um processo de condenação do funk à ilegalidade, que, ainda hoje, não foi totalmente superada.

Essa condenação gerou a denominação “proibidão” para referir-se a alguns funks. Trata-se, no entanto, de um rótulo que engloba músicas que fazem apologia ao crime até outras que relatam de forma nua a realidade das comunidades. Esse tipo de funk foi usado como motivo para inquéritos policiais, reportagens e polêmicas (FACINA, 2009, p. 6). Em contrapartida a esse movimento de criminalização, houve também certa permeabilidade da indústria cultural, que passou a eleger determinados funks como músicas de sucesso, incluindo-as no mercado musical. (PASSOS; FACINA, 2015, p. 2)

A relação do funk com seu entorno social é conturbada, visto que há muita censura ao ritmo, sobretudo quando ele está em relação com as instituições legitimadas socialmente. O que acontece, portanto, é que os textos produzidos à margem dessas instituições não são reconhecidos como formas efetivas de leitura ou de escrita, não sendo considerados estruturadores, formadores e que dão voz a determinado grupo (LOPES; SILVA; FACINA, 2014, p. 2).

Mas olhem bem vocês

Refletir sobre as questões de prestígio e legitimação das práticas sociais que se desenvolvem em um contexto é essencial para entender quem são os agentes daquele cenário e de que maneira esses agentes estabelecem relações entre si. Sendo assim, a criminalização das práticas funkeiras é sintomática de um espaço social em que o hegemônico se contrapõe àquilo que é representativo das camadas sociais menos abastadas. Este trabalho, no entanto, na contramão dessa tendência, trabalha o funk uma manifestação legítima (ainda que não legitimada) de construção identitária e até mesmo de luta social:

o funk é tanto uma possibilidade de trabalho sensível à cultura dos jovens das favelas quanto é forma de identidade,

de comunicação, de lazer e de reconhecimento público para aqueles sujeitos que sempre foram marginalizados das esferas materiais e simbólicas da sociedade hegemônica. (LOPES; SILVA; FACINA, 2014, p. 1-2).

Nesse sentido, destacam-se as propostas de Lopes, Nascimento e Silva e Facina (2014 p. 3), ao considerarem tais práticas letramentos de ruptura, ou seja, “letramentos que rompem com certas representações hegemônicas estigmatizantes sobre os jovens favelados e sobre o funk”, e de Souza (2011, p. 17), que as denomina letramentos de reexistência, por estarem voltadas para a concretude da vida dos ativistas, relacionando-se às questões culturais e políticas, o que ajuda na ampliação da possibilidade de inserção desses sujeitos em atividades de crítica e contestação que se relacionem não apenas a sua comunidade, mas à sociedade como um todo.

Os dois estudos citados convergem em relação ao tratamento que dispensam a práticas que, em geral, são bastante estereotipadas e negativadas pelo meio social. Considerá-las espaço de interação entre o popular e as instituições de prestígio significa reconhecer que seus autores também ocupam um espaço marginalizado e que buscam, através de seu discurso, por exemplo, constituir identidades próprias e representativas de um grupo. Isso porque esse processo – esse letramento – leva em consideração toda a complexidade social e histórica que permeia qualquer prática cotidiana do uso da linguagem, contribuindo para desestabilizar os discursos já cristalizados, em que as práticas validadas são aquelas que se relacionam ao ensino formal ou a outras instituições de poder.

Diante dessas colocações, o presente trabalho analisa e reflete sobre o papel do funk em movimentos sociais contemporâneos, ocorridos entre os anos de 2015 e 2016. Os episódios analisados se referem à luta por melhorias na educação pública, protagonizada por estudantes secundaristas, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme se verá a seguir, as ressignificações do funk – até mesmo dos “proibições” – são parte importante das mobilizações realizadas, servindo como hinos da luta e elementos de construção de uma identidade coletiva.

Toda a cidade vai cantar

A proposta de reorganização escolar proposta pelo governo estadual de São Paulo foi mal recebida pelos estudantes secundaristas, que se mobilizaram em protestos contra as medidas implantadas sem consulta popular. Tais medidas incluíam o remanejamento de milhares de alunos e o fechamento de ciclos inteiros e até mesmo de escolas (ROSSI, 2015). Os questionamentos oriundos de pais e alunos acerca dos encaminhamentos dessas medidas não foram ouvidos, e a falta de diálogo por parte da gestão do Estado levou os secundaristas a se mobilizarem e construir um movimento de luta em defesa da educação.

Esse movimento ganhou força com a ocupação de escolas que teriam suas atividades afetadas pelo projeto do governo. No total, mais de 200 escolas em todo o Estado foram ocupadas. Essas escolas passaram a ser geridas pelos alunos, e, se as aulas nos moldes tradicionais não aconteciam, a programação dos espaços era bastante diversificada e evidenciava uma demanda pungente à qual a educação brasileira precisa estar atenta: a necessidade de incorporação de práticas sociais dentro da escola. Os alunos contaram com a ajuda de voluntários para montar um quadro de atividades que contemplasse as necessidades de cada escola. As decisões eram tomadas democraticamente, em forma de reuniões e assembleias, nas quais eram decididas manifestações que seriam realizadas e programação diária da ocupação. Não faltaram atividades culturais, como saraus, rodas de conversa sobre temas diversos, como feminismo e racismo, e oficinas de música, por exemplo.

A Internet foi um meio bastante utilizado por esses estudantes, que, tendo crescido na era dos *smartphones*, perceberam a conveniência dessa ferramenta, e souberam fazer da tecnologia uma aliada, criando páginas em redes sociais como o *Facebook*² e formulários *on-line* para voluntários que quisessem oferecer atividades durante a ocupação, por exemplo. Além da divulgação das atividades da ocupação, essas páginas na Internet surgiram também como importante meio de denúncia de abusos cometidos pelas autoridades escolares

² Em geral, cada escola criou sua própria página, em que postava as doações de que precisava, fotos das atividades que ocorriam na ocupação e informações gerais sobre a luta unificada dos secundaristas.

e até mesmo pela Polícia Militar do estado de São Paulo. O uso da Internet como ferramenta de dissipação dos acontecimentos da perspectiva dos estudantes engajados angariou apoio popular a eles, que, em muitos casos, continuavam sendo vistos por uma parcela da sociedade como “baderneiros”. Foi também através da Internet que o grande público conheceu as pautas da luta dos secundaristas e os diversos modos de protestos por ele estabelecidos: além da ocupação das escolas, os estudantes fecharam ruas e fizeram atos para defender seus direitos. Em todos esses episódios de luta, a música se fez presente. Ainda mais especificamente, o funk.

No ano de 2015, o funk “Baile de favela”, de Mc João estourou como grande sucesso entre os “proibidões”. A letra com teor sexual virou *hit* no país e serviu como base para o hino das escolas ocupadas, uma paródia da música de Mc João. Publicada em 27 de outubro de 2015 no *Youtube*, a música “Escola de luta”, de Mc Foice e Mc Martelo³, brinca com a estrutura do funk original e substitui o nome das comunidades e o bordão “baile de favela” pelo nome das escolas e pela denominação “escola de luta”. Antes do início da música, fazem críticas à gestão do governador Geraldo Alckmin e completam suas reivindicações nos versos da paródia, dizendo:

O estado veio quente,
Nóis já tá fervendo
O estado veio quente,
Nóis já tá fervendo
Quer desafiar?
Não tô entendendo
Mexeu com estudante
Vocês vão sair perdendo.

A invocação dos nomes das escolas é seguida pelo aviso “Fica preparado que se fechar, nós ocupa”. Ao fim da canção, há uma aclamação pela luta estudantil e mais um recado direcionado à gestão pública que considera razoável modificar a educação sem consultar os maiores afetados pelas mudanças: “Pra

³ O link para acesso é: <https://www.youtube.com/watch?v=QvdrLD1RbTI>.

cada escola que ele fechar, nós vamos ocupar é duas. (...) Nenhuma escola a menos.”. A paródia de Mc Foice e Mc Martelo se estabeleceu, nesse contexto, como um verdadeiro hino dos secundaristas em luta, estabelecendo o funk como uma importante ligação entre os diversos estudantes de todo o Estado que se envolveram no movimento contra a reforma escolar promovida pelo governo de São Paulo.

Mesmo depois dos movimentos protagonizados pelos secundaristas paulistas, o funk continuou a se mostrar como ferramenta política e social de luta, dessa vez no Rio de Janeiro. Os alunos da Escola Estadual de Artes Dramáticas Martins Penna elaboraram uma intervenção artística em frente à Alerj como forma de chamar a atenção dos deputados para as suas pautas. Mais uma vez, o som do protesto foi uma paródia de “Baile de Favela”, que se transformou em “Baile de Greve” e levou o governador, Pezão, a júri popular.⁴ A letra, repleta de críticas à gestão estadual, reclama da falta de investimentos na educação em detrimento das ações que beneficiam empreiteiros, conforme pode ser ver no trecho a seguir:

Cortou a merenda, pensa que me enrola
Fala da crise, pensa que me enrola
Cortou o busão, pensa que me enrola
Para de roubar e bota grana na escola
O planejamento diz não ter dinheiro
A fazenda diz não ter dinheiro
O governador diz não ter dinheiro
Pode apostar, tá lá no bolso do empreiteiro.

Ainda no Rio de Janeiro, mas dessa vez em Seropédica, região metropolitana, os alunos do Colégio Presidente Dutra também deram seu recado ao som de uma paródia de “Baile de Favela”.⁵ As reclamações eram muitas e envolviam desde a infraestrutura da escola, com problemas no telhado e sem poder utilizar ventiladores, até a alimentação, insuficiente e de qualidade precária. Além

⁴ A apresentação completa pode ser vista através do link: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/alunos-protestam-contr-o-governo-com-parodia-de-baile-de-favela/>.

⁵ A paródia pode ser ouvida em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/alunos-pedem-reforma-de-escola-no-rj-com-parodia-de-baile-de-favela.html>.

disso, havia demandas específicas dos estudantes do período integral e cobrança em relação à desvalorização dos professores e à demissão de funcionários.

Para além dos episódios citados, concentrados no eixo Rio-São Paulo, houve também um protesto de estudantes do ensino superior no estado do Piauí. Alunos da UESPI (Universidade Estadual do Piauí) e representantes da ANEL (Associação Nacional dos Estudantes Livres) fizeram uma paródia de “Baile de Favela” em apoio à greve dos servidores técnicos e docentes da UESPI.⁶ A letra lembra bastante a dos estudantes da escola de Artes Dramáticas Martins Penna e, tal como ela, faz críticas severas à gestão do Estado, que, segundo os estudantes, provoca o sucateamento da educação.

Considerações finais

Com base no exposto, considera-se que o funk se manifesta como um espaço de expressão e construção identitária dos jovens. Levando em consideração que esses jovens que utilizaram o funk como ferramenta política e ideológica de luta são provenientes de instituições públicas de ensino, que sofrem com o sucateamento pelo recolhimento de verbas, sobretudo no que se refere ao ensino básico, faz-se necessário concluir que a identificação com o funk e sua utilização na luta por direitos constituem um movimento de busca por legitimação e reconhecimento social, confirmando o que Souza propõe ao dizer que a noção de cultura se dá em um cenário “no qual se operam transformações em decorrência dos embates de dominação e de resistências constitutivos das relações políticas e sociais no tempo” (SOUZA, 2011, p. 51).

Sendo assim, a ressignificação do funk – marginalizado e perseguido socialmente – como instrumento de politização e luta por direitos garantidos constitucionalmente faz parte de um complexo quadro de interações concretas e sociais, em que o poder simbólico e hegemônico ainda está localizado nas mãos de uma pequena parcela da população, que continua a negar o acesso aos menos privilegiados. Não se trata, portanto, de decidir se uma questão é apenas estética ou musical, mas de uma escolha política e que, por isso mesmo, incomoda aos

⁶ A paródia está disponível em: <http://cidadeverde.com/picos/76641/estudantes-de-picos-fazem-parodia-em-apoio-a-greve-dos-professores-da-uespi>

que pensam poder controlar o cenário cultural. A cultura, como um espaço de batalha por significações, se abre, ainda que timidamente, às novas manifestações, que ganham força com grupos como os dos estudantes, que se empoderaram através dos funks. Assim, reconhecidos como forma de identidade, de comunicação, de lazer, de reconhecimento público e de luta, o funk e outras manifestações por muito tempo marginalizadas começam a aparecer socialmente como expressões legítimas de arte e de cultura e, assim como os estudantes, a ocupar e a resistir em espaços que não lhes eram destinados ainda há pouco.

Referências

FACINA, Adriana. Cultura como crise, cultura como direito: a luta contra a resolução 13 no Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402015578_ARQUIVO_Culturacomocrimecultura-comodireito2.pdf. Acesso em: 16/6/2016.

_____. Era (mais) uma vez a criminalização da favela. Disponível em: <http://of.org.br/noticias-analises/era-mais-uma-vez-a-criminalizacao-da-favela/>. Acesso em: 16/6/2016.

_____. Indústria cultural e alienação: questões em torno da música brega. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt6/sessao1/Adriana_Facina.pdf. Acesso em: 16/6/2016.

_____. Que batida é essa?. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/5280610/Que_batida_%C3%A9_essa Acesso em: 16/6/2016.

_____. “Vou te dar um papo reto”: linguagem e questões metodológicas para uma etnografia do funk carioca. Disponível em: https://www.academia.edu/9803161/_Vou_te_dar_um_papo_reto_linguagem_e_quest%C3%B5es_metodol%C3%B3gicas_para_uma_etnografia_do_funk_carioca._Candel%C3%A1ria_Rio_de_Janeiro_v._jul-de_p._99-108_2009. Acesso em: 17/6/2016.

JABLONKA, Ivan. Entrevista com Roger Chartier. Tradução de Luciana S. Salgado (FAPESP/USP), 2008. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/entrevista_chartier.php#_ftn1. Acesso em: 15/6/2016.

LOPES, Adriana Carvalho; SILVA, Daniel do Nascimento; FACINA, Adriana. Letramentos de ruptura: as escritas do funk carioca. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/9525010/Letramentos_de_Ruptura_as_escritas_do_Funk_Carioca. Acesso em: 20/6/2016.

LOPES, Adriana; CALAZANS, Rafael; TAVARES, Janaína. Letramentos de ruptura: costurando sobrevivências e nascimentos. Disponível em: https://www.academia.edu/17311532/Letramentos_de_ruptura_costurando_nascimentos_e_sobreviv%C3%Aancias. Acesso em: 18/6/2016.

PASSOS, Pâmella; FACINA, Adriana. “Baile modelo”: reflexões sobre práticas funkceiras em contextos de pacificação. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/11892221/_BAILE_MODELO_REFLEX%C3%95ES_SOBRE_PR%C3%81TICAS_FUNKEIRAS_EM_CONTEXTO_DE_PACIFICA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 20/6/2016.

SOUZA, Ana Lucia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo, SP: Parábola, 2011.

Reportagens:

GONÇALVES, Andressa. Alunos de escola de teatro protesta na escadaria da ALERJ. *G1*, <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/alunos-de-escola-de-teatro-protestam-na-escadaria-da-alerj.html>, 21/6/2016.

Alunos protestam contra o governo com paródia de baile de favela. *Catraca Livre*, <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/alunos-protestam-contra-o-governo-com-parodia-de-baile-de-favela/>, 21/6/2016.

Novo funk canta o movimento de ocupação de escolas em SP. *Esquerda diário*, <http://www.esquerdadiario.com.br/Novo-funk-canta-o-movimento-de-ocupacao-de-escolas-em-SP>, 21/6/2016.

Alunos pedem reforma de escola no RJ com paródia de “Baile de favela”. *G1*, <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/alunos-pedem-reforma-de-escola-no-rj-com-parodia-de-baile-de-favela.html>, 21/6/2016.

O hino dos protestos nas escolas públicas de SP é uma versão de “Baile de favela”. *Noisey*, http://noisey.vice.com/pt_br/blog/o-hino-dos-protestos-nas-escolas-publicas-de-sp-versao-de-baile-de-favela, 21/6/2016.

FANTTI, Bruna. Juiz do Rio compara funk proibidão a versos censurados de Chico Buarque. *Folha de São Paulo*, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1653043-juiz-do-rio-compara-funk-proibido-a-versos-censurados-de-chico-buarque.shtml>, 21/6/2016.

PEREIRA, Rayldo. Estudantes de Picos fazem paródia em apoio à greve dos professores a UESPI. *Cidade Verde*, <http://cidadeverde.com/picos/76641/estudantes-de-picos-fazem-parodia-em-apoio-a-greve-dos-professores-da-uespi>, 21/6/2016.

ROSSI, Marina. Reforma escolar às pressas leva estudantes às ruas contra Alckmin. *El País*, http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/14/politica/1444856641_364053.html, 21/6/2016.

Vídeo musical:

MC FOICE & MC MARTELO. “Escola de Luta”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QydrLD1RbTI>. Acesso em: 21/6/2016.

OCCUPYING AND RESISTING: THE RE-SIGNIFICATION OF FUNK IN THE STUDENTS’ STRUGGLE

ABSTRACT

This work analyses the importance of funk in the student movements occurred in Brazil between 2015 and 2016. The funk is understood as part of a social identity that still looks for a legitimacy and recognition inside the country. As literacy of re-existence and of resistance, the funk is potencialized by the digital media, mainly by the Internet, that aids on the democratization process of the circulation of these materials.

KEYWORDS: literacy; funk; Internet.